

Dívidas: um 'presente' dramático para os novos Governadores

Alguns Governadores que serão empossados em março receberão como presente dívidas internas e externas que não conseguirão pagar mesmo utilizando toda a receita dos orçamentos. Estados como o Mato Grosso, Rio Grande e Santa Catarina estão com os cofres tão vazios que não conseguem ao menos pagar o serviço das dívidas. Seus Governadores terão que iniciar o mandato tentando renegociar com os credores.

A situação mais tranqüila vai encontrar o Governador eleito do Pará, Hélio Gueiros, que assumirá um Estado com uma dívida de apenas Cz\$ 1,1 bilhão. A dívida per capita dos paraenses é de Cz\$ 243, a menor de todos os Estados. Essa tranqüilidade, entretanto, está ameaçada pelo empréstimo externo de US\$ 215 milhões que o Governador Jader Barbalho pediu para a construção da rodovia PA-150 e a instalação de uma linha de energia da Hidrelétrica de Tucuruí para abastecer todos os municípios do Sul do Pará.

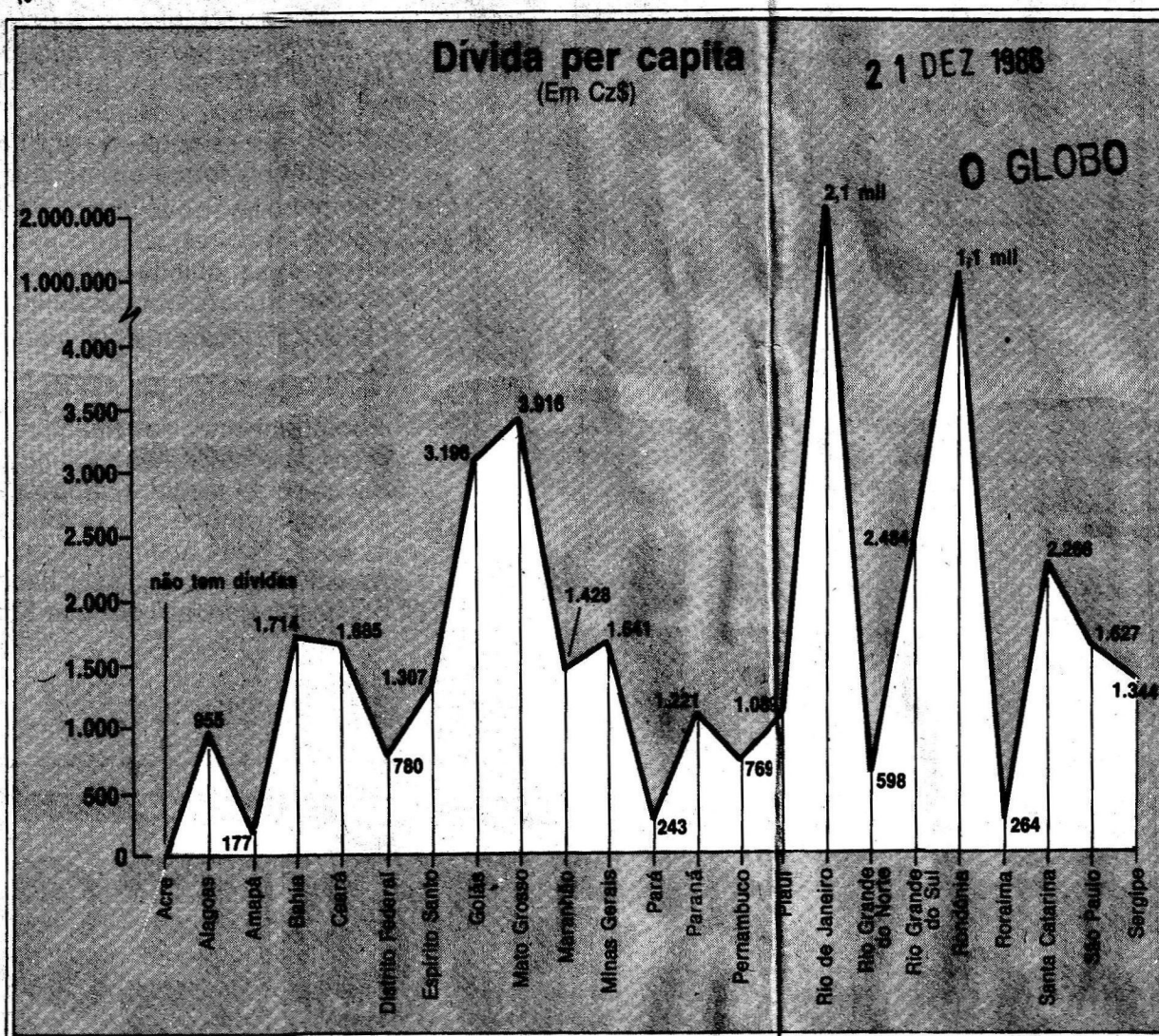
Menos sorte terá Pedro Simon, novo Governador do Rio Grande do Sul. Ele assumirá a administração de um Estado que deve quatro vezes mais que Minas Gerais e Bahia, por exemplo, só sendo acompanhado de perto por Santa Catarina. Para pagar as dívidas do Rio Grande do Sul, cada um dos 9 milhões de habitantes teria que desembolsar nada menos que Cz\$ 2,4 mil ou US\$ 171. Isso sem contar os débitos

das empresas estatais que, se fossem computados, obrigariam os gaúchos a contribuir individualmente com Cz\$ 5,6 mil ou US\$ 391.

Goiás é outro Estado com a si-

tuação complicada. Tão complicada que nem o Secretário de Planejamento, Servito de Menezes, sabe dizer o montante exato da dívida, que ele estima em US\$ 1,1 bilhão. Com uma população

de 6 milhões de habitantes — dívida per capita de Cz\$ 3,2 mil —, Goiás está nas mãos do BNDES e de outro credor que desapareceu há pouco tempo: o BNH. Ao BNDES o Estado tem que pa-



No início dos mandatos, uma missão para os governantes: renegociar com todos os credores

gar Cz\$ 820 milhões e ao BNH mais Cz\$ 500 milhões, acumulados a partir de 1972, quando o FGTS do funcionalismo estadual foi recolhido pela última vez.

Em Santa Catarina a situação não é diferente. O orçamento para 87 é de Cz\$ 22,6 bilhões, mas somente o serviço da dívida — US\$ 747 milhões — consumirá Cz\$ 3,8 bilhões, de um Estado que no ano passado participou com 3,9 por cento do PIB da União. Levando-se em conta que a arrecadação mensal não passa dos US\$ 550 milhões, os números indicam que mais da metade da receita será destinada aos juros cobrados pelos credores. A dívida per capita é de Cz\$ 2,3 mil.

O Estado de Mato Grosso arrecada, em média, Cz\$ 300 milhões, mas deve atualmente Cz\$ 6,2 bilhões, a receita de quase dois anos. Sua dívida externa — calculada em Cz\$ 3,8 bilhões — foi renegociada, e a partir de 87 serão pagos anualmente apenas 25 por cento do "principal" dessa dívida. Sobra uma dívida interna de Cz\$ 2,4 bilhões que, se somada à externa, só seria paga com Cz\$ 3,9 mil de cada um dos 1,6 milhão de habitantes.

Com dívidas por habitante mais ou menos iguais estão São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará. São Paulo, responsável por um terço do PIB nacional tem uma dívida de US\$ 2,8 bilhões que, se dividida com sua população de 25 milhões, resultaria em cotas de Cz\$ 1,6 mil. A dívida externa paulista é de Cz\$ 28 bilhões e a interna de Cz\$ 11,4 bilhões.

Falar em dívida, seja ela interna ou externa, é assunto proibido pelo Governo da Paraíba. Por recomendação do Governador Milton Cabral, os Secretários da área econômica não comentam as informações de que o Estado não tem recursos sequer para o pagamento da folha do funcionalismo. Os últimos números apresentados pelo Diretor-Geral da Secretaria de Planejamento, José Alfredo, indicavam que, em maio de 84, o montante era de US\$ 216 milhões. José Alfredo alega "motivos políticos" para não divulgar a dívida, apesar do interesse do Governador eleito Tarcísio Burity.

Nem os territórios escapam das dívidas. Roraima, por exemplo, fechará o ano devendo Cz\$ 6 milhões e US\$ 15 milhões aplicados na construção da Hidrelétrica de Paredão, no município de Alto Alegre. Já o Amapá deve Cz\$ 32 milhões, dos quais Cz\$ 15 milhões comprometidos com o custeio. Os territórios não têm participação na arrecadação de impostos e os gastos são administrados pelo Governo federal.